

Descortinando Estudos em Masculinidades: uma análise sobre o catálogo de teses e dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Walter Miez^{a*} 

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: A Psicologia como campo de saber é chamada para compreender processos de invisibilização e subalternização de experiências, tais como o processo de masculinização de homens. A partir da análise de pesquisas em masculinidade(s) e sobre homens realizadas pelos programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, compreendemos a importância de se introduzir critérios socioculturais como filtros em catálogos de indexação de pesquisas. Essa estratégia possibilita entender quem tem pesquisado sobre determinado campo teórico e dialogar de maneira mais afinada com as(os) interlocutoras(es) em uma pesquisa, auxiliando na promoção da inserção social, critério de avaliação estabelecido por essa fundação.

Palavras-chave: Psicologia, pós-graduação, masculinidades, homens, metanálise.

Apresentação

A forma como o gênero e a sexualidade foram pensados e repensados ao longo da História teve forte articulação com as lutas dos movimentos feministas, negros, de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades sexuais e de gênero (LGBTQIA+). As articulações dessas dimensões com o movimento social passaram a se firmar como fértil campo de estudos para diversas áreas do conhecimento, entre elas a Psicologia e especificamente os estudos masculinistas¹ e sobre homens (Silva, 2000; Colling, 2018).

Como nos aponta Camino e Ismael (2004), a Psicologia é palco de lutas com avanços e recuos na construção da cidadania, fomentando processos de exclusão e inclusão social. Porém ela deve estar intimamente comprometida com a promoção da inserção social e com os processos de reparação histórica, deixando claras as intenções do saber que constrói.

Assim, a Psicologia é um saber que versa também sobre as questões de gênero, dado que os papéis e as expectativas pensadas para homens e mulheres estão

sustentados em ideais de masculinidade e feminilidade que normatizam e organizam as mais diversas esferas da vida cotidiana. Esses signos são produzidos e reiterados nessa e por essa cultura, reverberando na produção de memórias e na constituição identitária, orientando-nos a nos comportarmos pautados nas diferenças entre o masculino e o feminino (Butler, 2003; Camino & Ismael, 2004; Scott, 1990; Silva, 2014).

Nas dinâmicas do gênero e da sexualidade, a norma social se organiza propondo modelos hegemônicos de ser homem e ser mulher, norteando formas seguras e engessadas de ser nessa cultura, impactando na constituição mnemônica e identitária dos sujeitos (Butler, 2003; Camino e Ismael, 2004; Scott, 1990; Silva, 2014). Dessa forma, a masculinidade hegemônica funciona como um desses modelos, propondo um ideal que masculiniza sujeitos nascidos com pênis pretendendo garantir lugares de privilégio, acesso, controle e dominação àqueles lidos socialmente como machos, ao mesmo tempo em que exige que a subjetividade desses sujeitos se construa de forma rígida (Minayo, 2005; Nascimento, 2018; Silva, 2000).

Como nos afirma Minayo (2005), estudos relacionam a experiência de ser homem à vulnerabilidade a suicídios, homicídios, dependência química, doenças sexualmente transmissíveis, violência, envolvimento em acidentes de trânsito etc. Assim, tal rigidez parece estar associada não somente a processos de adoecimento psíquico, mas também sustenta crenças limitantes, incita defesas e reafirmações dessa masculinidade colocando o fato de ser homem nessa cultura como um fator de risco à saúde de si e do outro.

* Endereço para correspondência: waltermiez@gmail.com

¹ São estudos e movimentos sociais e acadêmicos que, em certo sentido, buscam analisar a “construção da identidade masculina e os problemas dos homens em relação ao gênero” (West, 2000, p. 177). Assim, esse termo tem sido aplicado em vários campos do conhecimento acadêmico e dos movimentos sociais para se referir aos elementos de construção e identidade social que seriam próprios dos direitos ou necessidades dos homens, como a adesão ou promoção de opiniões e comportamentos socioculturais considerados próprios das experiências e vivências destes.

Devemos lembrar que estudos de gênero, masculinidade(s) e sobre homens são mobilizados por outras áreas do conhecimento (Carson, 1995), contudo a Psicologia como um todo, em especial a Psicologia Social, não pode se furtar de compreender esses processos sustentados em dinâmicas dessa cultura (Camino e Ismael, 2004). Compreendê-los também é compreender os saberes que se produzem sobre eles, em que contexto esses saberes são produzidos e como os dados gerados são disponibilizados para as(os) demais pesquisadoras(es).

Metodologia

Buscamos neste trabalho mapear e nos apropriar dos dados bibliográficos das produções em masculinidades e sobre homens realizadas pelos Programas de Pós-Graduação em Psicologia entre os anos de 1994 e 2018 disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPG-Psi) repassam à CAPES informações relacionadas a teses, dissertações e seus alunos e alunas para serem disponibilizadas em seu catálogo. Dessa forma, este estudo se constrói a partir de uma organização bibliométrica e uma observação do estado da arte de produções sobre masculinidade(s) e homens na Pós-graduação em Psicologia no Brasil.

O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES é uma plataforma virtual que reúne e disponibiliza trabalhos de Mestrado e Doutorado realizados nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no país. Posto isso, propomos neste trabalho a metanálise de dois estudos: o primeiro se debruça sobre o mapeamento de dados bibliográficos relacionados a pesquisas em masculinidade(s) produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Psicologia Social entre os anos de 1994 (ano do primeiro trabalho relacionado ao tema) e 2018 (último ano com dados acessíveis na plataforma quando a pesquisa foi realizada); o segundo se debruça sobre o mapeamento de dados bibliográficos relacionados a pesquisas sobre homens produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Psicologia Social entre os anos de 2013 (ano em que a plataforma passou a disponibilizar resumos como dado bibliográfico) e 2018 (último ano com dados acessíveis na plataforma quando a pesquisa foi realizada). Desenvolvemos uma metanálise a partir desses dois estudos associada às suas histórias e aos marcos legais relacionados à temática.

A plataforma conta com pesquisas desde o ano de 1987 e permite que tenhamos acesso a uma infinidade de trabalhos e suas fichas catalográficas com nome do pesquisador, título da pesquisa, data da defesa, número de folhas, tipo de curso de Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado), nome e localidade da instituição de ensino e nome da biblioteca onde se encontra a obra. A partir do ano de 2013 as(os) pesquisadoras(es) foram convidados a informar mais detalhes relacionados à sua produção, como palavras-chave, resumo, presença de anexo disponível

para download, área de concentração, linha de pesquisa, projeto de pesquisa, nome do orientador, composição da banca, agência de fomento (caso recebimento de bolsa), número de meses de bolsa recebida, tipo de vínculo empregatício, tipo de instituição a que se tem vinculação empregatícia e expectativa de atuação profissional.

Filtramos a busca e recuperação das produções exclusivamente em programas de “Psicologia” e “Psicologia Social” utilizando os termos “Masculinidade”, “Masculinidades”, “Homem” e “Homens”. Nos trabalhos incorporados, posteriormente organizados em planilhas, constavam os termos listados nos títulos, resumos ou palavras-chave.

Sobre metanálise, Roscoe e Jenkins (2005) afirmam que “consiste em colocar diferentes estudos juntos em um mesmo banco de dados e utilizar metodologias analíticas e estatísticas para explicar a variância dos resultados utilizando fatores comuns aos estudos” (p. 54). Como nos expõe Soares, Carneiro, Calmon e Castro (2016), a bibliometria propõe um método de análise quantitativa para a pesquisa científica, oportunizando a organização de dados, mensurando a contribuição do conhecimento científico e sugerindo por onde têm caminhado tais produções.

A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento. (Soares, Carneiro, Calmon & Castro, 2016, p. 177)

A estratégia metodológica do estado da arte apresenta, como qualquer outra metodologia, potenciais e limitações. Contudo, esse caminho possibilita acessar o acúmulo de produções de conhecimento de um determinado tema ou campo do saber, e mapear e analisar as transformações a partir de seu contexto sócio-histórico. Informações como o sexo das(os) pesquisadoras(es) que estão produzindo determinado conhecimento, a região e a instituição de ensino superior em que esses trabalhos são produzidos, a variação nas produções ao longo do tempo, as palavras-chave que têm sido usadas para representar essas produções, e as agências de fomento que têm se proposto a investir nesses trabalhos não são apenas de cunho metodológico, mas também de cunho prático (Ferreira, 2002; Maria Cintra da Silva, Marques Barbosa, Guimarães Pedro, & Carvalho Muniz, 2014).

Acreditamos que, ao voltarmos nossa pesquisa para compreender o processo histórico e os caminhos que a Ciência tem percorrido, compreenderemos o contexto em que produções científicas acontecem e sua relação com demandas trazidas pelas comunidades externas à academia. Assim contribuímos para a construção de uma sociedade menos assimétrica e para uma produção

científica de cunho social que rompa com o paradigma da neutralidade. Esses propósitos são estruturais para a psicologia social contemporânea, e em especial à latino-americana postulada por Martin-Baró (1996) e Maritza Montero e Marisela Montenegro Martinez (2006), que passou a ser historicamente denominada Psicologia Social Crítica e na qual grande parte da produção científica brasileira em psicologia social se fundamenta. Como tão bem explicita Ferreira (2010), estamos interessados na “produção de um conhecimento contextualizado, participante e coconstruído por pesquisadores e atores sociais, como forma de contribuir para a solução dos problemas sociais que vivenciam e transformar sua realidade social” (Ferreira, 2010, p. 59).

Em consonância com tais postulados, a nossa pesquisa visa contribuir para a compreensão do conjunto de trabalhos que se propõem a produzir diálogos e ações sociais relacionadas às questões de gênero em nosso país. A importância deste estudo está na necessidade de compreendermos por quem, onde e como tem se dado a produção de conhecimento sobre masculinidade(s)² e homens nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Psicologia Social no Brasil.

Entendemos a Psicologia como um campo do saber que passa por disputas e está inscrito numa cultura heteronormativa, por vezes validando e difundindo saberes que alimentam ou denunciam dinâmicas de exclusão pautados no gênero e na sexualidade. Ainda que acompanhada do rigor científico e metodológico, a produção em Psicologia muitas vezes se furta de discutir os processos sócio-históricos e políticos que atravessam a construção do conhecimento que chamamos de Ciência (Camino e Ismael, 2004).

Quem faz ciência? Como se faz ciência? Onde se faz ciência? Para que se faz ciência? Para quem se faz ciência? Essas são perguntas importantes que devem acompanhar o pesquisador em seu processo de produção para que não esqueçamos que pesquisar não é apenas satisfazer a curiosidade de quem pesquisa, é reconhecer que, com o aval e baseado na produção científica, conceitos aplicáveis são construídos, políticas públicas são pensadas e acessos e tecnologias podem ser gerados.

Objetivos

Nesta análise apresentamos o documento de área disponibilizado pela CAPES, desenhamos o cenário da trajetória de estudos sobre masculinidade(s) e homens, e estabelecemos associações entre informações do Catálogo de Teses e Dissertações e pautas dos movimentos sociais e a consequente instituição de marcos legais relacionados à temática.

Políticas de pós-graduação e a produção de conhecimento em Psicologia no Brasil: a estreita relação entre o saber científico e o saber social

A Ciência cunha seus objetos de investigação das inquietudes das vivências cotidianas. Da mesma forma, as representações de mundo presentes na vida social são constituídas por influências de um saber científico e popular, o chamado senso comum (Geertz, 1998). Dificilmente dissociamos a produção de conhecimento de uma vivência social e política. Esse amálgama de conhecimentos circula e produz representações e práticas sociais que orientam os comportamentos da sociedade e interações grupais, estabelecem parâmetros para construções identitárias, pertencas e diferenciações, norteiam valores, crenças e matrizes culturais, dentre outros elementos. Esses processos têm despertado interesse das investigações das Ciências Humanas e Sociais, e em especial a Psicologia Social.

No Brasil, o sistema de Pós-Graduação³ é o principal locus de produção de conhecimento científico, alocado em sua maioria nas Instituições Federais de Ensino Superior, ou seja, nas universidades públicas brasileiras. Historicamente, a CAPES é a instituição pública responsável pela produção de políticas, diretrizes, avaliação e classificação periódica de cursos e programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Embora seja um órgão administrado pela política de governo, é uma instituição na qual as(os) próprias(os) pesquisadoras(es), por meio de representações de áreas do conhecimento, participam e constroem os parâmetros, os objetivos e a aplicação de políticas e estratégicas que respeitam a diversidade e a características de objetos da produção científica. Tais parâmetros são produzidos e explicitados no Documento de Área, que é a principal ferramenta de pesquisadoras(es) e instituições de formação e pesquisa das universidades para a construção e implantação de Programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

O Documento de Área é um relatório elaborado pela CAPES apresentando o panorama anual com números, perspectivas, impasses e projeções para os Programas de Pós-Graduação de uma determinada área do conhecimento. O Documento de Área da Psicologia (Brasil, 2019) traz dados que apresentam um cenário positivo no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, mas também aponta alguns desafios e mudanças necessárias nesse panorama, como: instituir Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia no Acre, Amapá, Roraima e Tocantins, visando a formação de docentes e o aprimoramento no exercício da profissão; construir um ambiente de produção conectado às demandas atuais da sociedade, possibilitando maior interação entre

2 Optamos por essa estratégia de escrita para acoplar em um único termo o descritor masculinidade e masculinidades, porém não tratando esses como sinônimos.

3 Para compreender melhor o processo histórico da construção da Pós-graduação no Brasil, ver Costa & Yamamoto (2017).

pesquisadoras(es) e programas introduzir espaços de discussão sobre ética na pesquisa; e estimular a relação entre a academia e a educação básica.

Segundo o documento (Brasil, 2019), o estímulo à diversidade de pesquisadoras(es), temas, produções, redes de pesquisa, e trocas de saber é fortemente apontado como propulsor de uma produção científica de qualidade, entendendo que o método de avaliação que se tem ainda está aquém da versatilidade de linguagens e perspectivas para pensar a Ciência. Essas ações citadas são reconhecidas como avanços apresentados na Avaliação Quadrienal 2017 (Brasil, 2017), contudo a inserção social é marcada como estratégia fundamental para o alargamento da atuação acadêmica e técnica em favor sociedade. O documento traz um diagnóstico de área que nos aponta o seguinte cenário: temos um total de 164 cursos, 64 de Doutorados, 86 de Mestrados acadêmicos e 14 de Mestrados Profissionais, distribuídos em 100 Programas de Pós-Graduação.

Acredita-se que os Programas de Pós-Graduação têm atendido a uma formação de qualidade e versátil, visto que seus egressos têm se inserido não apenas em instituições de ensino superior, mas também no mercado profissional. O documento aponta também que ainda há assimetrias em relação à distribuição geográfica, mas nota-se que paulatinamente a Psicologia tem se expandido para outras regiões, não estando mais centrada no Sul e Sudeste do país. Já em relação ao espaço onde essas produções acontecem, o documento apresenta as Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas como grandes protagonistas da produção científica em Psicologia, abarcando cerca de 72% das produções.

Sobre a potente internacionalização da Psicologia, essa parece se dever ao fato de haver um diálogo frequente com diversas autoras e autores, à pluralidade de estratégias de intervenção reproduzíveis em vários contextos, à sua rica complexidade metodológica e à intensa e ininterrupta publicação em periódicos nacionais (Brasil, 2019).

Sobre a interdisciplinaridade da Psicologia, essa é apontada como “fronteira de inúmeras outras áreas de conhecimento e de atuação profissional”. A Psicologia traz inquietudes e lentes que dialogam com perspectivas biologicistas e socioculturais, ampliando seu espectro de visão, bem como partilhando objetos de interesse com inúmeros campos do saber (Brasil, 2019, p. 11).

Presume-se sobre o futuro da área: a implementação de ações que reafirmem a Psicologia como um campo que valoriza a diversidade e implica-se na sociedade a partir do impacto dos programas, a partir do aprimoramento das técnicas de avaliação, como também por meio da inserção social, a construção de conhecimento e tecnologias que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, impactando o desenvolvimento regional, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, a descentralização dos cursos nas regiões Sul e Sudeste, reduzindo, assim, assimetrias regionais e intrarregionais,

o aumento na interação entre a academia e a educação básica ou outros setores da sociedade.

Hoje a avaliação de cursos e programas de Pós-Graduação coordenada pela CAPES se dá a partir dos seguintes quesitos: Proposta do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual, e Inserção Social (Brasil, 2019). Desde a reformulação da ficha de avaliação em 2003, a Inserção Social é um critério avaliativo composto por três itens: Impacto Regional e Nacional, Integração e Cooperação, e Visibilidade/Transparência. No Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017, o quesito deteve 15% da nota total atribuída aos programas acadêmicos⁴ em Psicologia, apontando a importância da circulação do saber científico para outros espaços e sujeitos fora da academia, bem como o interesse por produções científicas aliadas à responsabilidade social, contribuindo para a solução de problemas e estimulando o desenvolvimento da região onde a pesquisa ocorre (Brasil, 2017). Como pudemos notar, seja como quesito avaliativo, seja como estratégia para qualificação do conhecimento produzido, a inserção social aparece de maneira recorrente, reafirmando o compromisso científico com o meio social em que se produz.

Segundo Maccari, Martins e Almeida (2015) o estímulo à inserção social tem acontecido especialmente com a implementação de projetos com oferta de Mestrados e Doutorados interinstitucionais em regiões consideradas carentes, contudo estes ainda falham com o compromisso da produção científica com as demandas sociais regionais e nacionais. Reconhecemos que para a inserção social se dar é importante que a fonte de conhecimento esteja clara, acessível e com o maior detalhamento possível para a organização e categorização das produções apresentadas nos catálogos. Assim, intrigados com a consideração apresentada por Maccari, Martins e Almeida (2015) e com as conjecturas postas no documento de área de 2019, interessamo-nos em entender, a partir dos dados dispostos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o cenário em que os estudos em masculinidade(s) e sobre homens estão se constituindo como objeto de produção de conhecimento da Psicologia no Brasil.

Os estudos em masculinidade(s) e sobre homens

Silva (2000) esclarece-nos que o termo sexualidade como conhecemos é cunhado apenas na sociedade moderna. Assim, até o século XVIII não havia estudos que pensavam a diferença entre os sexos, e a ciência masculinista ocidental sustentava todas as leituras que se tinham sobre reprodução, sexo e orgasmo. Para o autor, a obra *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, de Thomas Laqueur, apresenta transições de modelos sexuais que impactam na forma que compreendemos gênero. No one-sex-model,

4 Para Mestrados Profissionais, o quesito Inserção Social vale 25 pontos.

modelo vigente até o século XVIII, a mulher até então era entendida como um sujeito menos desenvolvido, um homem invertido, marcando aí uma representação da soberania masculina sobre o que é feminino.

Silva (2000) conta-nos que no fim do século XVIII e início do século XIX um novo modelo de representação da sexualidade surge, o two-sex-model. Alimentado pela queda do conceito de perfeição e unicidade do corpo masculino, o novo modelo passa a perceber a mulher como o inverso do homem. Ao homem era possível, então, ocupar um lugar social no espaço público, político, participando das interações sociais, já à mulher era possível apenas ocupar o espaço privado, ocupando-se das demandas familiares e domésticas.

Apesar da reprodução de desigualdades pautadas na naturalização da diferença entre os sexos, o século XIX faz surgir um novo ser social, o “invertido sexual”. Nesse caso, não falamos das mulheres, mas de um termo que faz alusão ao que entendemos hoje como homossexualidade (Vieira, 2009). Assim, a patológica aproximação do feminino ao homem que devia ser passível de estudo, tratamento e repúdio, instaurou um culto à masculinidade.

No fim do século XIX e início do século XX, a valorização da virilidade, da potência e da força passam a não ser suficientes para a sustentação da soberania masculina (Silva, 2000). Quando mulheres brancas e de classe média, que já ocupavam espaços de trabalho fora do contexto doméstico, vão às ruas demandando direito à cidadania tal qual os homens, a emancipação das mulheres se torna uma pauta pública. O movimento feminista inaugura os estudos de gênero e traz a diferença entre os sexos como uma disputa teórica e política (Carson, 1995). A chamada crise da masculinidade marca o momento em que o homem perde a referência de um modelo identitário hegemônico e é convidado a admitir outras possibilidades de exercício da masculinidade, e a se reinventar para dar conta dos adventos trazidos pela modernidade, como mulheres no mercado de trabalho, tecnologias a serviço da sexualidade, pluralidade de identidades de gênero, redefinição do papel de pai/mãe, transformações no lidar com o corpo e estética masculina etc. (Silva, 2000; Nascimento, 2018).

Nascimento (2018) nos mostra como no Brasil na década de 1980 as universidades já promoviam encontros e grupos de discussão para pensar temas que atravessam “essa história de ser homem”, e já nos anos 1990, sustentados pela “crise da masculinidade” e pelo fortalecimento dos movimentos feministas e homossexuais no espaço público, “assistimos a proliferação de estudos sobre masculinidades e intervenções sociais voltadas para os homens” (p. 18).

Na década de 1990, vemos temas como paternidade, violência, sexualidade e identidades provocarem discussões não apenas nas universidades, mas na sociedade como um todo. Em 1995, a socióloga transexual Raewyn Connell, à época ainda identificada pelo seu antigo nome de registro, lança o livro *Masculinities*. Discutindo as dimensões

sócio-históricas, culturais, políticas e econômicas da construção da masculinidade, a estudiosa cunha o conceito de masculinidade hegemônica, que sustentou e ainda sustenta inúmeras produções que versam sobre esse campo (Nascimento, 2018).

O início de produções na Pós-Graduação é fundamental para a consolidação de linhas de pesquisa, estudos temáticos e perspectivas teóricas, para a possibilidade de correlação entre as produções, a observação da interação entre os núcleos de pesquisa e os locais que se instituem e a instituição de um campo sólido de conhecimento. Notamos na década de 1990 uma sequência de trabalhos como os de Trindade (1991), Lyra (1997), Medrado (1997) e Arilha (1999), que se propunham, sob os olhos da psicologia, a desenvolver uma produção acadêmica que representasse e atendesse demandas e reflexões postas no meio social, tais como direitos sexuais e reprodutivos, saúde, mídia e violência.

A consolidação do interesse pelos estudos em masculinidade e sobre homens pela comunidade acadêmica desembocam nos seguintes marcos políticos, que vão reafirmando a necessidade de uma implicação política sobre essas questões e um debate que circule por toda a sociedade. Nascimento (2018) nos conta que em 2001 surge a Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), primeira rede de homens debruçada sobre as questões de gênero no Brasil, que contava com universitários e membros da sociedade civil. Essa articulação pensava ações para a promoção de equidade e ampliou as discussões sobre a temática explorando perspectivas trazidas por indivíduos não acadêmicos.

Colling (2018) nos aponta como o crescimento no número de universidades no Brasil a partir de 2013, resultado dos dois primeiros mandatos do governo Lula, possibilitou o crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil colaborando para a grande profusão do ativismo.

Em 2006, temos um significativo marco no enfrentamento à violência de gênero com o sancionamento da Lei Maria da Penha, criada para conter a violência doméstica, que até então era socialmente legitimada pela expressão popular “em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”. A sociedade, refletida numa frase e conivente com a violência doméstica, tem agora um marco legal que ganha alcance midiático e chama a população a repensar os mais diversos contextos de violência doméstica (patrimonial, psicológica, física etc.). Maria da Penha, mulher atingida a tiros pelo marido e que por isso ficou paraplégica, torna-se o rosto da realidade vivida por inúmeras mulheres, contudo essa realidade agora se torna compromisso do Estado, que reconhece um ciclo de violência que não é episódica, mas retrato de um fenômeno social.

Uma inovação nesse processo é a transição penal como alternativa ao encarceramento. A partir dessa estratégia, é proposto aos homens autuados por esse crime o comparecimento em grupos reflexivos e responsabilizantes para repensarem questões relacionadas

ao gênero, à construção da masculinidade e à violência, a exemplo do trabalho realizado pelo Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social (Instituto Albam), na cidade de Belo Horizonte. Já em 2007, fica instituído por lei o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, em 6 de dezembro. A data faz alusão à Campanha do Laço Branco, iniciada em Montreal em decorrência do massacre de um grupo de mulheres estudantes de engenharia assassinadas por um jovem que as acusou de estarem ocupando o lugar dos homens (Nascimento, 2018). Nascimento aponta que em 2008 houve a curiosa instituição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) pelo Ministério da Saúde.

Além das questões relacionadas à saúde física do homem, Nascimento (2018) apresenta outros campos de saber que se organizaram a partir de provocações trazidas pelos estudos em masculinidade(s) e sobre homens. A educação foi entendida como espaço de formação do gênero, e a Escola precisaria se comprometer em sensibilizar a juventude para as assimetrias de gênero. Projetos de caráter nacional como Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Educação Sem Homofobia (ESH), formalizam essas pautas como políticas públicas.

Nesse período, entende-se que falar de homofobia passa a não ser uma temática interessante exclusivamente para pensar homens homo e bissexuais, mas todo o processo de masculinização de homens. O entendimento da homofobia como um exercício de reafirmação da masculinidade, que é parte da interação e constrói homens, alerta-nos sobre a importância de pensarmos essa dinâmica não apenas atravessando discussões relacionadas a orientações sexuais, mas também identidades de gênero. Iniciativas locais que caminham numa direção semelhante também têm seu espaço, sejam articuladas pelo poder público, como o BH Sem Homofobia⁵, projeto municipal proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, sejam realizadas pela sociedade civil, como os cursinhos pré-vestibular TransEnem e TransVest⁶.

Em 2015 temos a instituição de mais um marco legal importantíssimo na luta contra a violência pautada no gênero com a Lei do Feminicídio, a partir da qual entende-se que homicídios podem ser cometidos em contexto de violência doméstica ou familiar ou pautados no menosprezo à condição de mulher. Qualificar alguns homicídios contra mulheres como feminicídio traz o reconhecimento legal de que mulheres são vítimas de violência por misoginia.

A discussão sobre paternidades responsáveis também reaparece trazendo questões relacionadas ao exercício do afeto, bem como o reconhecimento do homem como sujeito passível de cuidar, dado que essa

característica é desenvolvida e treinada no meio social. (Nascimento, 2018)

Em 2015, tivemos na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o Seminário Internacional Desfazendo Gênero, que reuniu cerca de 2 mil pessoas, e, entre grandes nomes, a filósofa Judith Butler, teórica fundamental para os estudos de gênero e sexualidade. O seminário foi um rico espaço de diálogo, demarcando a importância da interlocução entre arte, política e ciência. Pela primeira vez, também em 2015, tivemos a discussão de gênero ganhando espaço no Exame Nacional do Ensino Médio, avaliação de nível federal para o ingresso no ensino superior, cuja redação tinha o tema “A Persistência da Violência Contra a Mulher na Sociedade Brasileira”.

Cultura e comportamento vão se moldando às exigências do tempo; a política muda, nós mudamos. A ampliação das discussões sobre gênero nos espaços midiáticos, como programas de TV, novelas e filmes, o acesso às novas tecnologias, especialmente com o uso das redes sociais, e o surgimento de novos sujeitos protagonizando as mais diversas expressões identitárias marcam a expansão das discussões sobre gênero e sexualidade, antes mais restritas à academia e aos movimentos sociais, para os mais diversos setores da sociedade, convidando todas(os) a se posicionarem diante dessas emergências (Colling, 2018).

Contudo, diante de uma história recente de forte incentivo a políticas sociais e avanços na promoção de políticas para a equidade de gênero e sexualidade, desde o fim de 2015 fortaleceu-se uma crise política. No ano seguinte a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu um impeachment, protagonizado pela Câmara dos Deputados sob a denúncia de crime de responsabilidade fiscal, levando ao poder seu vice-presidente, Michel Temer. Dado o cenário de retrocessos e ataques públicos dos setores da política institucional a políticas de cunho social, os investimentos em pesquisa e os progressos nessas pautas têm sofrido algumas interferências.

Mapeando o catálogo de teses e dissertações

Os catálogos são registros fundamentais para o acesso ao que se produz. Entender quais dados e o modo como os catálogos apresentam as produções nos dá elementos para construirmos nossas representações sobre o que é científico e que produções ganham esse título. Assim, entendemos que a forma como hoje acontece a catalogação das produções em pós-graduação não parece colaborar para que as(os) demais pesquisadoras(es) organizem sua busca levando em consideração critérios fundamentais como identidade de gênero, raça, orientação sexual etc. para a compreensão de quem são e que temáticas autoras(es) pesquisam neste país. É a partir desses elementos que conseguimos entender se existe heterogeneidade de corpos, olhares e vozes, pesquisando o que tem sido entendido como

5 Mais informações disponíveis em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEducao.do?method=DetalheArtigo&pk=1136528>

6 Mais informações para cursinhos para pessoas transexuais e travestis disponíveis em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/conheca-cursinhos-gratuitos-para-pessoas-trans-espalhados-pelo-brasil>

relevante para determinados grupos e o impacto de haver ou não essa multiplicidade de perspectivas na produção científica.

Num mapeamento dos dados a partir de buscas no Catálogo de Teses da CAPES, temos registros de estudos em masculinidade(s) na Pós-graduação em

Psicologia desde 1994. Existe um total de 135 trabalhos em masculinidade(s), desses 115 (85%) foram produzidos no Mestrado e 20 (15%) no Doutorado.

Tomando por base os anos de 2013 a 2018, temos um total de 163 trabalhos sobre homens, 127 (78%) produzidos no Mestrado e 36 (22%) produzidos no Doutorado.

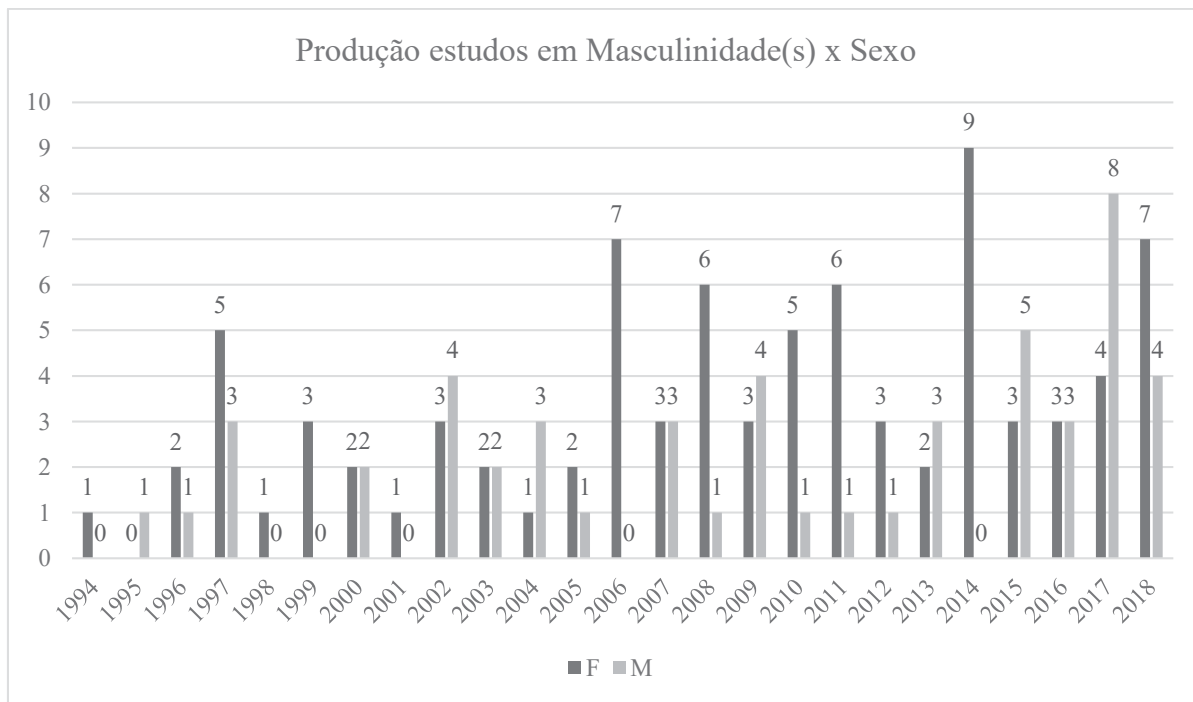


Figura 1. Distribuição de produções em masculinidade(s) e homens por sexo

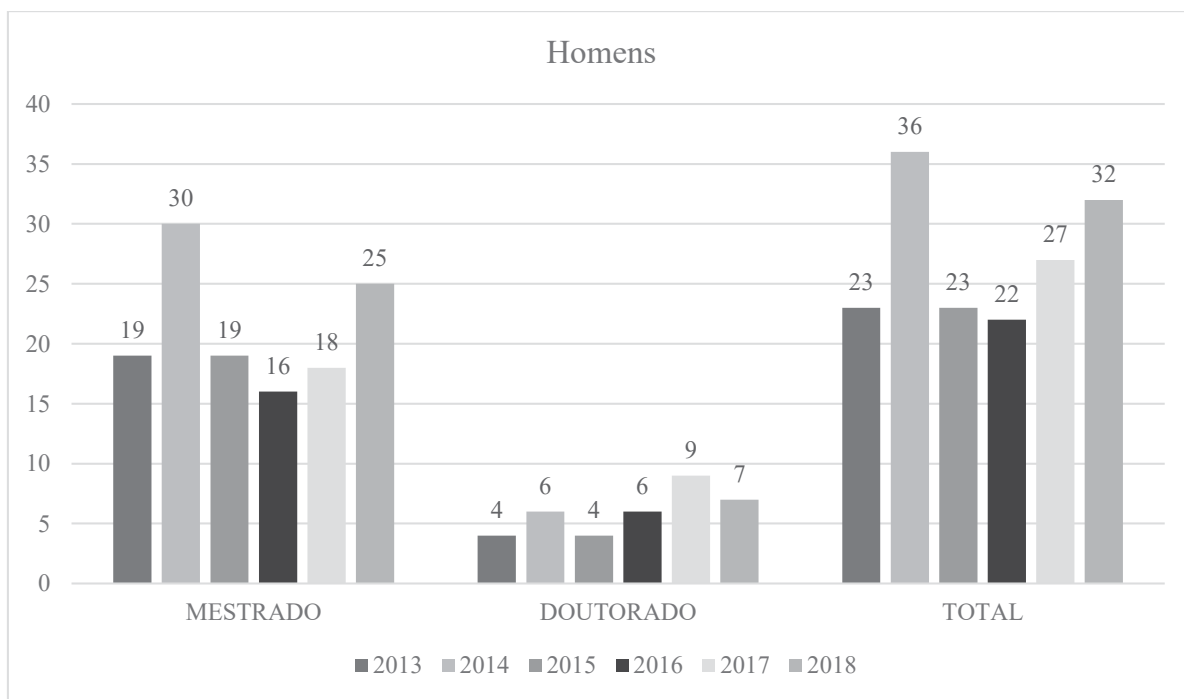


Figura 2. Distribuição de produções sobre homens ao longo dos anos.

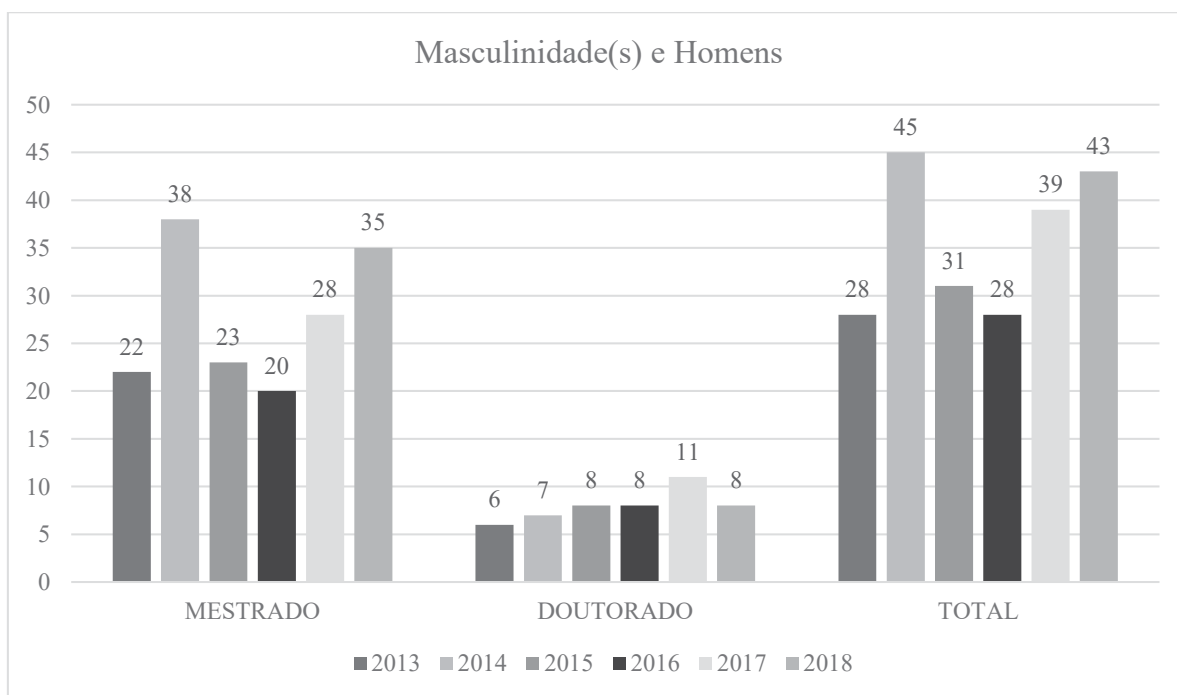


Figura 3. Distribuição de produções sobre masculinidade(s) e homens ao longo dos anos.

Entre os anos de 2013 e 2018, temos um total de 214 trabalhos sobre masculinidade(s) e homens, desses são 166 de mestrado e 48 de doutorado. A quantidade superior de trabalhos ligados a essas temáticas no mestrado nos sugere não apenas que o declínio de pesquisadoras(es) que resolvem continuar estudos na pós-graduação após concluírem o mestrado, como também a descontinuidade de discussões sobre esses temas no âmbito do doutorado. O curioso é que essas produções, seja no mestrado ou doutorado, tiveram crescimento contínuo entre 2013 e 2018, com exceção de 2015 e 2016. Tomando por base que a defesa de dissertações de mestrado costuma acontecer em até dois anos após o início da formação, talvez esse recuo na produção possa ter sido impacto do corte orçamentário de 1,7 bilhão de reais do Ministério da Ciência e Tecnologia no período de 2011 a 2014 (Simões, 2011).

A crise política no final do governo Dilma e a ascensão de um governo de centro-direita em 2016 marca o início de um cenário de desinvestimento em educação superior. Contudo, em 2017 notamos um reaquecimento nessas produções, mesmo em um cenário de governo publicamente mais hostil a essa temática (Santos, 2018), marcando o quanto a escolha de um tema de pesquisa se dá a partir de um olhar sobre o que é relevante para quem investiga, sendo assim, também é uma escolha política.

Não notamos reaparição de pesquisadoras(es) no nosso banco de dados. Isso nos leva a crer que nenhum(a) pesquisador(a) de Mestrado repetiu seus objetos de estudo no Doutorado. Além disso, considerando toda produção recolhida, o número de pesquisadoras foi expressivamente maior do que o de pesquisadores. Isso nos leva a crer que, ainda que pesquisadoras(es) estejam se articulando

para mobilizar temáticas ligadas a ser homem no espaço acadêmico, ainda temos majoritariamente a presença de mulheres. Esse dado mostra que, apesar da discussão pautar primariamente a vida e a subjetividade de homens, são mulheres quem protagonizam e priorizam a mobilização dessas discussões no espaço da ciência.

Dentro e fora de categorias

Analisar os caminhos por onde se dão, como estão categorizados e entender a importância política de determinados estudos no ativismo e promoção de políticas públicas nos oferece elementos para observar a interlocução entre teoria e prática. As produções científicas se acompanham e se alimentam de processos de transformação coletiva, avanços e retrocessos políticos e mobilização em relação a essas pautas sociais. Da mesma forma, para analisar esses processos de transformação, justificar a organização de pautas e mobilização social e pressionar o poder público para políticas que colaborem para a justiça social, faz-se necessário acompanhar que questões as produções têm despertado e sob que condições elas têm acontecido.

Nascimento (2018) nos convida à reflexão sobre o importante papel da academia para a desconstrução do *status quo* que sustenta as assimetrias de gênero:

Acredito que o debate sobre masculinidades acontece em várias frentes e de diferentes maneiras. A academia tem um papel relevante na produção de reflexão teórica e epistemológica, assim como as iniciativas comunitárias e populares, a mídia, as políticas públicas e a sociedade como um todo

têm força na desconstrução/reconstrução das masculinidades. . . as masculinidades não dizem respeito somente aos homens. Elas estão presentes nas perspectivas dos sistemas econômicos, políticos, jurídicos, de governo, entre outras formas de organização social. (Nascimento, 2018, p. 25)

Entendemos que a naturalização de leituras engessadas sobre feminilidades e masculinidades nega outras possibilidades de ser e fazer o gênero e apaga as dimensões sócio-históricas que as constituem. Quando isso acontece impactos sociais são negligenciados, e por isso os movimentos sociais, a academia e as políticas públicas precisam voltar suas atenções para esses esquemas heteronormativos que vão pautar não apenas modos de ser nessa cultura, mas também como se dá a circulação de conhecimento científico e seu respectivo impacto nos valores e políticas da nossa sociedade.

Silva (2000) sugere que apropriados da nossa história talvez não cometamos os mesmos erros no futuro. Apesar de ler conceitos de identidades de gênero e sexuais como reducionistas à nossa experiência, o autor nos desafia a respeitar nossa singularidade a partir do reconhecimento do processo sócio-histórico e cultural que nos constitui. Já Nascimento (2018) nos convida a não esquecermos, no ato de pesquisar, da historicidade das relações de gênero e sua articulação com movimentos sociais importantes, tais como feministas, negros e LGBTQIA+. Assim, ao reconhecermos o processo histórico que nos traz até aqui e a potência de sermos o que somos, estamos mais conscientes e presentes no mundo e em nossas relações. Para driblamos esse contexto de desmonte de investimentos na educação, especialmente nas humanidades, devemos nos aliar aos movimentos sociais e reconhecer seu impacto na promoção de investigações comprometidas em fornecer dados para uma sociedade mais equânime. É importante lembrar que é pelo desejo e implicação teórico-política que pesquisadoras(es) atentas(os) fazem uma produção científica mais localizada, implicada com a realidade e atenta aos interesses e desinteresses de instituições de ensino e do governo para que esse tipo de Ciência aconteça.

A Plataforma Sucupira, alimentada pela CAPES, apresenta dados estatísticos sobre a distribuição de bolsas, informações sobre pesquisadores da Pós-Graduação, contando até com dados como sexo, raça e deficiência. Contudo, a fim de apresentar de maneira clara sob os olhares de quem a Ciência vêm sendo construída, destacamos a relevância de considerar nas análises bibliográficas aspectos de vida socioeconômica, cultural e de escolarização. O caráter interseccional que atravessa a vivência de pesquisadoras(es) potencializa discussões que alinham o contexto de produção científica a categorias de análise como gênero, classe, raça e sexualidade. Esse compromisso parece fundamental para que tenhamos transparência na avaliação não apenas de como, quando e onde, mas de por quem, para que e para quem esses saberes científicos são produzidos (Ribeiro, 2017).

Constatamos neste trabalho que dados relacionados à distribuição de bolsas podem ser encontrados na Plataforma Sucupira e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Contudo, dados como sexo, raça, classe e deficiência estão ausentes dessas plataformas. A impossibilidade de acessar esses dados como critérios para pesquisa desconsidera a importância de buscarmos produções por outros filtros além dos recorrentes em pesquisas bibliográficas, como ano, região, área de concentração. O que gays de Pernambuco têm pesquisado? O que mulheres pretas de São Paulo têm pesquisado? Informações sobre sexo, raça, classe e deficiência, por exemplo, nos permitem entender a rede de colaboração e de diálogo teórico que tem se formado no país, bem como possibilita pensar como a interseccionalidade atravessa a produção científica no Brasil.

Outro ponto que nos parece delicado na impossibilidade de escolher filtrar trabalhos a partir de critérios socioculturais é a dificuldade de escolher dialogar em nosso trabalho com autoras(es) específicos, sejam pretas, pretos, indígenas, deficientes, gays, lésbicas, travestis, transexuais etc. Como nos diz Ribeiro (2017), construir pesquisa é mais do que chamar para uma conversa autoras(es) que dialogam com perspectivas que nos interessam, mas também poder escolher conversar com autores com vivências específicas. Assim, estamos alinhados com Junior e Caetano (2018) em relação às perspectivas decoloniais ao marcarmos a importância da utilização de autoras(es) nativas(os) para a construção de saberes menos colonizados ou infiltrados de pensamentos eurocentrados, possibilitando a organização de ações políticas no âmbito acadêmico. Formar laços e alimentar esses diálogos estimula a construção de novos campos teóricos; ler, conversar e escrever com autoras(es) que caminham para um mesmo horizonte possibilita a estruturação de linhas de pesquisa e novas vias epistemológicas e metodológicas.

Considerações finais

Na análise possível a partir do comparativo entre os estudos, chama-nos a atenção o fato de mulheres protagonizarem produções sobre masculinidade(s) e homens, ainda que não sejam diretamente o tema do estudo. Isso sugere que são elas que seguem priorizando produções que possibilitem avançarmos em políticas pró-equidade de gênero.

Destacamos também que, apesar da ascensão de governos de direita e as políticas de desinvestimento em Ciências Humanas dos anos seguintes, ao invés de notarmos recuo nessas pesquisas, notamos um novo crescimento, marcando o postura de resistência e a defesa da relevância política da temática por pesquisadoras(es) do campo. Assim, podemos prospectar que a continuidade de governos alinhados ao retrocesso de políticas sociais ameaça, sem qualquer constrangimento, as produções em ciências humanas e sociais, principais alvos de retiradas de investimento, e que a continuidade nesses estudos marca uma posição de resistência de pesquisadoras(es).

Entendidos da importância dos catálogos para o delineamento do estado da arte de um campo, acreditamos que os filtros catalográficos são fundamentais para entendermos sob quais parâmetros vamos organizar nossa busca por produções. Assim como, a partir do ano de 2013, houve a transição para a apresentação dos dados de forma mais completa, com informações como o recebimento de bolsas e das agências de fomento, faz-se necessária a apresentação e filtragem das produções a partir de aspectos socioculturais. Essa nova possibilidade de busca permite a escolha ativa de qual perfil de interlocutoras(es) desejamos estabelecer diálogo em nossas produções.

A filtragem por aspectos socioculturais permite também que entendamos quais estudos determinados

grupos sociais têm produzido, de quais maneiras, com quais fomentos e em quais lugares, bem como o acesso ao reconhecimento de quem produz ciência por outros parâmetros igualmente relevantes além dos já estabelecidos.

A academia articulada ao movimento social, envolvida com suas demandas e estratégias, bem como o movimento social valendo-se das provocações mobilizadas pela ciência, é o que marca o estabelecimento da mútua instrumentalização. Mapear quem, onde e sob quais circunstâncias a produção científica acontece, bem como pensar as ferramentas bibliográficas para indexação, busca e filtragem que temos são fundamentais para a promoção da inserção social e alargamento da atuação acadêmica e técnica em favor sociedade.

Unveiling Studies in Masculinities: an analysis of the theses and dissertations catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel Foundation

Abstract: Psychology as a field of knowledge is called upon to understand processes of invisibilization and subalternization of experiences, such as the process of masculinization of men. Based on an analysis of research into masculinity(ies) and men carried out by Postgraduate Programs in Psychology in Brazil, available in the Theses and Dissertations Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Foundation, we understood the importance of introducing sociocultural criteria as filters in search indexing catalogs. This strategy makes it possible to understand who has been researching a given theoretical field and to engage in a more attuned dialogue with the interlocutor(s) in a piece of research, helping to promote social inclusion, an evaluation criterion established by CAPES.

Keywords: psychology, postgraduate studies, masculinities, men, meta-analysis.

Découvrant des Études sur les Masculinités : analyse du catalogue de thèses et de mémoires de la Fondation Coordination pour l'Amélioration du Personnel de l'Enseignement Supérieur

Résumé : La psychologie en tant que domaine de la connaissance est appelée à comprendre les processus d'invisibilité et de subordination des expériences, comme le processus de masculinisation des hommes. Sur la base de l'analyse des recherches sur la(les) masculinité(s) et sur les hommes menées par les programmes d'Études Supérieures en Psychologie au Brésil disponibles dans le Catalogue des Thèses et Mémoires de la Fondation Coordination pour l'Amélioration du Personnel de l'Enseignement Supérieur, nous comprenons l'importance d'introduire des critères culturels comme filtres dans les catalogues d'indexation de recherche. Cette stratégie permet de comprendre qui a fait des recherches sur un domaine théorique et de dialoguer de manière plus fine avec les interlocuteurs dans une recherche, contribuant ainsi à favoriser l'inclusion sociale, critère d'évaluation établi par cette fondation.

Mots-clés : Psychologie, études supérieures, masculinités, hommes, méta-analyse.

Revelando Estudios sobre Masculinidades: un análisis del catálogo de tesis de la Fundación Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior

Resumen: La Psicología como campo de conocimiento se utiliza para comprender los procesos de invisibilidad y subordinación de experiencias, como el proceso de masculinización de los hombres. A partir del análisis de estudios sobre masculinidad(es) y sobre hombres realizados por los Programas de Posgrado en Psicología en Brasil, disponibles en el Catálogo de Tesis de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior, entendemos la importancia de introducir criterios culturales, como filtros en los catálogos de indexación de búsqueda. Esta estrategia permite comprender a quienes vienen investigando sobre un determinado campo teórico y dialogar más de cerca con el(los) interlocutor(es) en una investigación, contribuyendo a promover la inclusión social, criterio de evaluación establecido por esta entidad.

Palabras clave: Psicología, posgraduación, masculinidades, hombres, metaanálisis.

Referências

- Arilha, M. (1999). *Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Brasil – Ministério da Educação, & Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017). *Resultado da Avaliação Quadrienal 2017-2020*. Brasília, DF: CAPES. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>
- Brasil – Ministério da Educação, & Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019). *Documento da Área de Psicologia*. Brasília, DF: CAPES. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/psicologia-pdf>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Camino, L., & Ismael, E. (2004). A Psicologia Social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In L. de Souza & Z. Araújo (Eds.), *Violência e práticas de exclusão* (pp. 43-56). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Carson, A. C. (1995). Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*, (4), 187-218. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1768>
- Colling, L. (2018). A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Sala Preta*, 18(1), 152-167. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v18i1p152-167>
- Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2017). 50 anos de Pós-Graduação stricto sensu no Brasil: notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). *Memorandum*, 31, 133-160. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6432/4019>
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 51-64.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Junior, P. M. S., & Caetano, M. (2018). Rodas de homens negros: masculinidades, mulheres e religião. In M. Caetano & P. M. S. Junior (Orgs.), *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil* (pp. 190-211). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina.
- Lopes, N. MÊS estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro. *Uol Educação*. Recuperado de <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm>
- Lyra, J. L. L. (1997). *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Maccari, E. A., Martins, C. B., & Almeida, M. I. R. (2015). Comparativo entre os sistemas de avaliação da Association to Advance Collegiate Schools of Business (Estados Unidos) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil) e o seu uso pelos coordenadores de programas. *RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(27), 39-66. Recuperado de <http://ojs.rbpg.gov.br/index.php/rbpg/article/view/564/pdf>
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Medrado, B. (1997). O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidades na propaganda televisiva brasileira. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23-26. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005>
- Montero, M., & Martinez, M. M. (2006). Critical psychology in Venezuela. *Annual Review of Critical Psychology*, (5), 257-268.
- Nascimento, M. (2018). Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. In M. Caetano & P. M. S. Junior (Orgs.) *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil* (pp. 16-27). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina.
- Roscoe, D. D., & Jenkins, S. (2005). A Meta-Analysis of Campaign Contributions’ Impact on Roll Call Voting. *Social Science Quarterly*, 86(1), 52-68. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/42956049>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Santos, R. H. (2018). Queda de investimentos é sentida nos programas de pesquisa. *Cruzeiro do Sul*. Recuperado de <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/858868/queda-de-investimentos-e-sentida-nos-programas-de-pesquisa>
- Scott, J. (1990). Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. In *Gender and the Politics of History* (2a ed., C. R. Dabat & M. B. Ávila, trad.). Recife, PE: SOS Corpo.
- Silva, S. G. (2000). Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(3), 8-15. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>
- Silva, J. R. T. (2014). Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. In *18o REDOR Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no campo da militância e das práticas* (pp. 2802-2817). Recife, PE: UFRPE. Recuperado de <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>

- Silva, S. M. C., Barbosa, F. M., Pedro, L. G., & Muniz, V. C. (2014). Estudo sobre o “estado da arte” de um programa de pós-graduação em Psicologia. *Psicologia em Revista*, 20(2), 418-426. doi: <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014v20n2p278>
- Simões, J. (2011). Governo corta R\$ 1,7 bilhão do orçamento da ciência e tecnologia. *Inovação tecnológica*. Recuperado de <https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=corte-orcamento-ciencia-tecnologia&id=020175110322#.Y7R9k3bMLIU>
- Soares, P. B., Carneiro, T. C. J., Calmon, J. L., & Castro, L. O. C. O. (2016). Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. *Ambiente Construído*, 16(1), 175-185. doi: <https://doi.org/10.1590/s1678-86212016000100067>
- Trindade, Z. A. (1991). *As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).
- Vieira, L. L. F. (2009). As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 9(2), 487-525. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&tlng=pt
- West, R. (2000). *Género y teoría del Derecho*. Bogotá, CO: Ediciones Uniandes Facultad de Derecho. Recuperado de <https://erikafontanez.files.wordpress.com/2015/08/west-robin-gc3a9nero-y-teorc3ada-del-derecho-pp-25-177.pdf>

Recebido: 04/01/2023

Aprovado: 24/01/2023